



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**DESPACHO - PRE/SGPRE/STI/COSUP/SEQUIP**

Ao NUP,

Encaminho respostas, em atenção ao pedido de esclarecimento formalizado pela Empresa SIMPRESS, no documento nº 3638199.

- 1 – Sim. O entendimento está correto.
- 2 – Sim. O entendimento está correto.
- 3 – Sim. O entendimento está correto.
- 4 – Sim. O entendimento está correto.
- 5 – Sim. O entendimento está correto.
- 6 – Sim. O entendimento está correto.
- 7 – Sim. O entendimento está correto.
- 8 – Sim. O entendimento está correto.
- 9 – Sim. O entendimento está correto.
- 10 – Sim. O entendimento está correto.

Em atenção ao pedido formalizado pela Empresa ACKROS, no documento nº 3638210, esclareço que os equipamentos com tecnologia LED serão aceitos.

Em atenção ao pedido de impugnação formalizado pela Empresa ESCRITA, no documento nº 3638219, esclareço que a exigência de que todos os insumos utilizados na execução do serviço sejam **originais, novos, de primeira qualidade e de primeiro uso**, conforme previsto nos itens **1.1** e **4.4.3.1 ("b")** do Termo de Referência, fundamenta-se em razões técnicas, operacionais e jurídicas, visando garantir a continuidade dos serviços, a economicidade global do contrato e o adequado funcionamento dos equipamentos que serão disponibilizados ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Adicionalmente, tal restrição encontra **amparo expresso na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)**, notadamente na **Decisão nº 1.622/2002 – Plenário**, que admite a exigência de insumos originais como meio de proteger a qualidade e a vida útil dos equipamentos, bem como resguardar o interesse público.

**1. Fundamentação Jurídica – Decisão nº 1.622/2002 – Plenário do TCU**

O TCU, ao analisar contratações de impressão e manutenção de hardware, estabeleceu que a Administração Pública **pode exigir o uso de insumos originais**, desde que devidamente motivado, especialmente quando:

- o uso de insumos não originais **compromete a garantia, a vida útil e o desempenho dos equipamentos**;
- haja risco de **aumento de custos indiretos**, como manutenção corretiva, retrabalho, substituição prematura de peças e suporte emergencial;

- exista necessidade de **padrão mínimo de qualidade** dos documentos emitidos.

A Decisão nº 1.622/2002 reconhece que a exigência de insumos novos e originais **não viola o princípio da competitividade**, quando fundamentada em critérios técnicos que demonstrem benefícios relacionados à economicidade, continuidade do serviço e preservação dos equipamentos.

Assim, a vedação ao uso de insumos remanufaturados ou reciclados encontra plena conformidade com a jurisprudência consolidada do TCU.

## 2. Preservação da Integridade e da Vida Útil dos Equipamentos

Insumos remanufaturados, compatíveis ou reciclados podem:

- apresentar composição química distinta da do fabricante original;
- causar desgaste irregular em fusores, cilindros, roletes e demais componentes;
- aumentar a frequência de travamentos e falhas mecânicas;
- provocar superaquecimento ou depósitos de resíduos;
- resultando em **redução significativa da vida útil dos equipamentos do parque de impressão**.

Ao exigir insumos originais de primeiro uso, o TRE-BA:

- **preserva os ativos** que serão utilizados pelo próprio contratado;
- reduz custos indiretos de manutenção;
- assegura níveis adequados de disponibilidade dos equipamentos.

## 3. Continuidade dos Serviços e Redução de Paradas Operacionais

O outsourcing de impressão prevê **níveis mínimos de disponibilidade**, essenciais ao funcionamento das unidades administrativas e judiciais.

O uso de insumos não originais aumenta a probabilidade de:

- falhas de impressão,
- paralisações inesperadas,
- necessidade de intervenção técnica emergencial,
- substituição de componentes antes do previsto.

Essas ocorrências comprometem a prestação do serviço e podem resultar na **inobservância dos níveis de SLA**, afetando diretamente a continuidade das atividades do Tribunal.

Insumos originais, por sua vez:

- garantem desempenho estável;
- reduzem intervenções corretivas;
- asseguram maior previsibilidade na operação;
- fortalecem o cumprimento dos indicadores contratuais.

#### 4. Qualidade dos Documentos Oficiais

O TRE-BA produz:

- emissão de título de eleitor
- certidões eleitorais
- decisões judiciais,
- editais,
- ofícios,
- relatórios,
- documentos processuais com valor probatório.

A utilização de insumos não originais pode acarretar:

- variações na densidade de impressão;
- manchas, borrões ou falhas de cobertura;
- redução de nitidez, prejudicando leitura e arquivamento;
- inconsistências em páginas digitalizadas, comprometendo a qualidade do OCR.

A exigência de insumos originais de primeiro uso garante:

- maior qualidade gráfica,
- maior fidelidade na reprodução dos textos,
- melhor desempenho na digitalização e indexação,
- plena conformidade com padrões de documentação oficial.

#### 5. Mitigação de Riscos Ambientais e Sanitários

Insumos remanufaturados podem apresentar:

- manipulação inadequada de resíduos de toner;
- riscos de contaminação ao ambiente;
- embalagens reutilizadas sem controle rigoroso.

O uso de insumos novos e certificados reduz riscos operacionais e atende às boas práticas ambientais, especialmente em instituições sensíveis ao controle de resíduos.

#### 6. Economicidade Global do Contrato

Embora insumos não originais possam apresentar menor custo unitário, estudos e jurisprudência demonstram que:

- aumentam as necessidades de manutenção,
- reduzem o ciclo operacional dos componentes,
- ampliam o consumo de peças e deslocamentos técnicos,

- elevam o custo total de propriedade (TCO).

No modelo de outsourcing — em que o contratado é responsável pelo pleno funcionamento do parque — o uso de insumos de primeiro uso e originais **assegura a economicidade global**, evitando custos indiretos e garantindo maior previsibilidade operacional.

Dessa forma, a exigência de insumos **originais, novos, de primeira qualidade e de primeiro uso**, conforme os itens 1.1 e 4.4.3.1 do Termo de Referência do processo licitatório do TRE-BA, é **técnica e juridicamente fundamentada**. A vedação ao uso de insumos remanufaturados, reciclados ou não originais não configura restrição indevida à competitividade, mas **medida necessária para garantir o desempenho, a qualidade e a eficiência do serviço contratado**, em consonância com a jurisprudência do TCU e com os princípios da administração pública.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Factum Rodrigues, Chefe de Seção**, em 11/12/2025, às 17:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3641335** e o código CRC **3779A807**.